

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2024-07-03

Registo

PT/UM-ADB/MON/MSMLD - Mosteiro de Santa Maria de Landim

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/UM-ADB/MON/MSMLD
Tipo de título	Atribuído
Título	Mosteiro de Santa Maria de Landim
Datas descritivas	Séc. XVIII-[1845]
Dimensão e suporte	3 docs.; papel
Entidade detentora	Arquivo Distrital de Braga
Produtor	Mosteiro de Santa Maria de Landim
História administrativa/biográfica/familiar	<p>A referência mais antiga ao Mosteiro de Santa Maria de Landim data de 1906. Era masculino e pertencia ao Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Foi primeiro do termo de Barcelos e depois do concelho de Vila Nova de Famalicão. Esteve sujeito ao arcebispo de Braga até 1565-1566, quando passou para a posse da Congregação de Santa Cruz de Coimbra. Teve dois coutos: o de Landim e o de Palmeira. Em 1612 foi unido pelo papa Clemente VIII ao Mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Em 1794, a administração dos bens e rendimentos do extinto mosteiro de Santa Maria de Landim, foi cometida aos priores do Mosteiro de São Vicente de Fora.</p> <p>O decreto de 30 de Maio de 1834, inserido na "Reforma geral eclesiástica" extinguiu todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas até à morte da última freira, data do encerramento definitivo.</p>
História custodial e arquivística	<p>Em 30 de maio de 1834 foi publicado o decreto que determinou a extinção das Ordens Religiosas, primeiro as masculinas e, depois, as femininas. No mesmo ano, formulou-se o regulamento de transferência dos bens destas ordens para a Fazenda Nacional. Por arrasto, também os cartórios monásticos foram nacionalizados pois neles se conservavam os títulos de posse e a documentação indispensável à administração dos referidos bens.</p> <p>Estas transferências não foram, na maioria dos casos, bem sucedidas, o que acarretou perdas irremediáveis, nalguns casos totais, no recheio de muitos destes cartórios. Como principais causas apontam-se o abandono a que muitos foram votados; os arrolamentos tardios; os incêndios; a apropriação por particulares; perdas durante o transporte e dádivas abusivas.</p> <p>Em 1917, com a criação do Arquivo Distrital de Braga, todos os documentos existentes nestas repartições foram transferidos para as suas instalações no edifício dos Congregados. Em 1936, ocorreu uma nova transferência, agora para o Paço Arquiepiscopal de D. José de Bragança, atuais instalações deste Arquivo, onde foram colocados no chamado Salão Paroquial.</p> <p>Em 1966, José Mattoso procedeu ao inventário da documentação relativa aos mosteiros beneditinos e em 1983 decidiu-se dar continuidade a este trabalho, inventariando os restantes fundos monásticos e que culminou com a publicação, em 1985, do Inventário do Fundo Monástico Conventual, pelo Arquivo Distrital de Braga.</p>
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Documentação transferida em maio de 1917 da Repartição de Fazenda do Distrito.
Âmbito e conteúdo	O conjunto documental distribui-se pelas seguintes áreas e/ou tipologias documentais: foros, rendas e parecer jurídico.
Sistema de organização	Ordenação temática e cronológica.
Condições de acesso	Acessível, exceto unidades em mau estado de conservação e restrições previstas no regime geral dos arquivos e lei do património cultural (Decreto-Lei nº16/93, de 23 de janeiro e Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).
Idioma e escrita	POR (Português)
Instrumentos de pesquisa	Archeevo: base de dados de descrição arquivística
Unidades de descrição relacionadas	Relação completiva: Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Santa Maria de Landim (PT/TT/MSMLD).